



**Ministério Público do Estado de Alagoas
Corregedoria-Geral**

Processo nº10.2016.00000056-1.

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
ARAPIRACA-AL**

- 1) Data da Inspeção: **10/08/2016.**
- 2) Promotor (a) de Justiça Titular: **Saulo Ventura de Holanda.**
- 3) Promotor (a) de Justiça em exercício, no momento da Inspeção: **Saulo Ventura de Holanda.**
- 4) Posse na Promotoria de Justiça Inspeccionada: **20/04/2012.**
- 5) Residência na Comarca: (x) Sim () Não
- 6) Endereço: **Avenida Ventura de Farias, nº1298, bairro cavaco, Arapiraca-AL.**
- 7) Acumula Funções? (x) Sim () Não
- 8) Em caso positivo, especificar a acumulação:
Responde, na condição de titular, pela 9ª Promotoria de Justiça de Arapiraca-AL, acumulando as funções perante as Promotorias de Justiça de Feira Grande-AL e Porto Real do Colégio-AL.
- 9) Informe o período de férias nos últimos 12 meses:
Não usufruiu férias nos últimos 12 meses.
- 10) Informe licenças nos últimos 12 meses:
Não usufruiu licença nos últimos 12 meses.
- 11) Horário dedicado ao expediente interno:
De segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas.
- 12) Há regularidade no atendimento ao público externo? Em caso positivo, especificar:
Atende regularmente ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas.
- 13) Existem Notícias de Fato, Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Cíveis Públicos, Cartas Precatórias do MP ou Procedimentos Administrativos em trâmite na Promotoria de Justiça? Em caso afirmativo, quantos?
Sim, existem 17 (dezesete) Notícias de Fato, 01 (um) Procedimento Preparatório e 06 (seis) Inquéritos Cíveis Públicos.
Não existe Procedimento Administrativo, nem Carta Precatória do MP.

Processo nº10.2016.00000056-1.

14) Exposição, por amostragem, dos Procedimentos Extrajudiciais:

<u>PROCEDIMENTO Nº</u>	<u>TIPO</u>	<u>TAXONOMIA</u>	<u>REGULARIDADE FORMAL</u>	<u>TEMPO TRANSCORRIDO DESDE INSTAURAÇÃO</u>	<u>RESOLUTIVIDADE</u>	<u>AUSÊNCIA IMPULSO MAIS DE DIAS</u>	<u>DE POR 120</u>
06.2015.00000006-9	Inquérito Civil Público	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	94 dias	Boa	Não	
06.2015.00000012-5	Inquérito Civil Público	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Após 1 ano da instauração do ICP, não houve a respectiva prorrogação e consequente ciência ao CSMP	1 ano e 3 meses	Razoável	Sim	
01.2016.0000758-8	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	166 dias	Razoável	Sim	
06.2015.00000009-1	Inquérito Civil Público	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Após 1 ano da instauração do ICP, não houve a respectiva prorrogação e consequente ciência ao CSMP	1 ano e 2 meses	Razoável	Sim	
003/2013	Inquérito Civil Público	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	Arquivado	Boa	Não	
06.2015.00000008-0	Procedimento Preparatório	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Passou mais de 180 dias para converter Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público	1 ano e 5 meses	Razoável	Não	
01.2016.0000239-3	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	190 dias	Razoável	Sim	
06.2015.00000007-0	Inquérito Civil Público	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	1 ano e 6 meses	Razoável	Sim	
06.2015.00000004-7	Inquérito Civil Público	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Após 1 ano da instauração do ICP, não houve a respectiva prorrogação e consequente ciência ao CSMP	1 ano e 6 meses	Razoável	Sim	
01.2016.0000375-5	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	287 dias	Razoável	Sim	
01.2016.0000243-8	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	166 dias	Boa	Não	

Processo nº10.2016.00000056-1.

15) A Promotoria de Justiça possui livro/pasta/sistema de registro de Portarias de Inquéritos Cíveis Públicos?

Sim, conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução 23/2007 do CNMP.

16) Há alguma forma de controle dos prazos dos Procedimentos Extrajudiciais, em trâmite na Promotoria de Justiça? Em caso positivo, especificar:

Segundo a Representante Ministerial, existe, uma vez que todos os procedimentos extrajudiciais são virtuais, devidamente cadastrados no SAJ/MPAL.

17) Estrutura física da Promotoria de Justiça:

Funciona em sala na Sede das Promotorias de Justiça de Arapiraca-AL.

18) Mobiliário e equipamentos:

Computador	Sim (x)	Não ()
Impressora	Sim (x)	Não ()
Condicionador de ar	Sim (x)	Não ()
Mobília completa (cadeiras/armários/mesa)	Sim (x)	Não ()
Telefone	Sim (x)	Não ()
Internet fixa	Sim (x)	Não ()
Internet móvel	Sim (x)	Não ()

19) A Promotoria de Justiça possui Assessor ou Estagiário? Em caso positivo especificar.

Existem servidores na sede das Promotorias de Justiça de Arapiraca-AL, porém nenhum está vinculado à 9ª Promotoria de Justiça de Arapiraca-AL. Possui 01 (um) estagiário.

20) Observações e sugestões, apresentados pelo (a) Representante Ministerial, no momento da Inspeção:

O Promotor de Justiça não fez observações ou sugestões.

21) Orientações e providências solicitadas/requisitadas ao Promotor de Justiça, no momento da Inspeção:

Apesar de acumular 03 (três) Promotorias de Justiça, em 03 (três) Municípios distintos, o Representante Ministerial foi orientado a cumprir os prazos estabelecidos no artigo 2º, §6º, da Resolução 23/2007 do CNMP, após o qual promoverá o seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil.

Foi orientado, outrossim, no sentido de que, no caso de não conclusão do Inquérito Civil Público, no prazo de 01 (um) ano, deverá prorrogá-lo, por igual período, por decisão fundamentada, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do estabelecido no artigo 9º da Resolução 23/2007 do CNMP.

Ademais, foi orientado a promover o impulso constante nos Procedimentos Extrajudiciais da sua competência, objetivando uma melhor resolutividade.

De acordo com o Manual das Tabelas Unificadas do Conselho Nacional do Ministério Público, a orientação é no sentido que os Procedimentos Administrativos deverão ser utilizados no acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não; de fatos, instituições e políticas públicas, assim como outros procedimentos não sujeitos a inquérito civil, que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa; em função de um ilícito específico. Já as Notícias de Fato deverão ser cadastradas para as

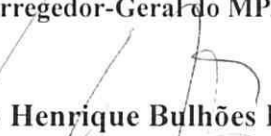
demandas recebidas pelo Ministério Público, como aquelas oriundas de atendimento de pessoas, documentos, requerimentos ou representações recebidos, notícias de jornais e etc.

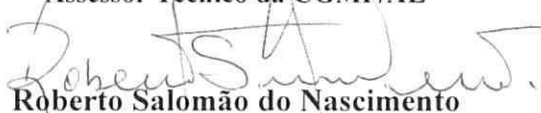
22) Conclusões e providências a serem adotadas pela Corregedoria-Geral:

Deverá ser encaminhado cópia do presente Relatório de Inspeção ao Promotor de Justiça inspecionado, com as orientações constantes no item nº21.

Maceió, 10 de agosto de 2016.


Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral do MP/AL


Humberto Henrique Bulhões B. P. Nunes
Assessor Técnico da CGMP/AL


Roberto Salomão do Nascimento
Assessor Técnico da CGMP/AL